



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 117ª reunião, realizada em 13 de dezembro de 2018

1 Em 13 de dezembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Germano Luiz Gomes Vieira e a presidente suplente
6 Marília Carvalho de Melo, representantes da SEMAD. Representantes do poder
7 público estadual: André Port Artur de Paiva Torres, da Secretaria de Estado de
8 Planejamento e Gestão (Seplag); Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Elbert Figueira Araújo
10 Santos, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e
11 Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marina Imaculada
12 Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Juliana Oliveira
13 Zenateli, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Valéria Regina Neves
14 Coelho, da Secretaria de Estado de Educação (SEE). Representantes do poder
15 público municipal: Antônio Marcos Generoso Cotta, da Prefeitura Municipal de
16 Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo
17 Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Betim; Nedir
18 Aparecido Sales, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Antônio Carlos Vidal
19 Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Gabriel Augusto Campos, da
20 Prefeitura Municipal de Itapeva. Representantes dos usuários de recursos
21 hídricos: Luiz Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal de Água e
22 Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio, da Companhia
23 Energética de Minas Gerais (Cemig); Silvana Mônica Vaz, da Companhia de
24 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da
25 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
26 Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
27 Gerais (Fiemg); Denes Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de Mineração
28 (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de
29 Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, da Associação das
30 Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da
31 Associação de Pescadores e Aquicultores do Sapucaí (Apas); Leonardo
32 Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da sociedade
33 civil ligada aos recursos hídricos: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para
34 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do
35 Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento
36 Verde de Paracatu (Mover); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de
37 Biologia (CRBio); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de

38 Engenharia e Agronomia (Crea); Décio Antônio Chaves Beato, da Associação
39 Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); José Nelson de Almeida Machado, da
40 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz
41 Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Assuntos em pauta.**

42 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
43 **ABERTURA.** O presidente Germano Luiz Gomes Vieira declarou aberta a 117ª
44 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e fez a seguinte
45 manifestação. “Nós vamos dar início à nossa reunião, a última do Conselho de
46 Recursos Hídricos do ano de 2018 e uma reunião nada menos que muito
47 especial, que conta hoje com a presença da Dra. Christianne Dias, que é a
48 diretora presidente da Agência Nacional de Águas, que veio prestigiar não só o
49 público presente como Minas Gerais, em especial o Conselho Estadual de
50 Recursos Hídricos. Então fica o nosso agradecimento à Dra. Christianne pela
51 presença, com importantes instrumentos que nós vamos celebrar na data de hoje
52 aqui na presença do CERH. Eu faço um registro para vocês também que foi
53 motivo de muito orgulho para nós. Há dois dias, a Fundação Dom Cabral editou
54 um relatório voluntário para o governo de transição, em que fez uma avaliação
55 geral de todas as políticas públicas em execução hoje no Estado de Minas
56 Gerais, em especial ao desempenho de cada secretaria de Estado. A nossa
57 Secretaria foi a mais elogiada no relatório da Fundação Dom Cabral. Fazendo
58 registro, especialmente, à questão do gasto público com recursos humanos, com
59 cargos de comissão, nós não somamos nem 20% do uso de cargos. De fato, para
60 complementar formações técnicas e não para substituir servidores, mas, sim,
61 para complementar análises, complementar formações. Isso foi muito elogiado
62 pelo governo de transição e foi elogiado também o forte compromisso que a
63 nossa gestão em 2018 teve com os serviços ambientais. E serviços de toda
64 natureza, especialmente o licenciamento ambiental, em especial os atendimentos
65 às requisições, às denúncias, atendimentos na própria Supram, o fim das filas, o
66 trabalho para evitar as burocracias, a deliberação normativa do nosso coirmão
67 Conselho COPAM que melhorou e modernizou a legislação do licenciamento
68 ambiental tirando amarras desnecessárias nos processos. Nós tivemos também
69 um trabalho de reintrodução nas entidades, tanto IEF como IGAM, dos atos
70 autorizativos, das intervenções ambientais e das outorgas do direito de uso dos
71 recursos hídricos. Nós estamos com um planejamento muito consistente para
72 deixarmos para 2019, para que esses serviços também no âmbito do Sistema de
73 Recursos Hídricos sejam cada vez mais eficientes, não só como sistema de
74 outorgas, mas como uma modernização da legislação. Então neste ano de 2018,
75 que a Câmara Normativa e Recursal trabalhou intensamente, a Câmara também
76 normativa do CERH no ano 2019 enfrentará muitas discussões, mas discussões
77 necessárias para trazermos mais eficiência ao Sistema de Recursos Hídricos.
78 Nós também apresentamos a necessidade do Sistema de investimento em mais
79 tecnologias de eficiência no gasto público também na área do Sistema de
80 Recursos Hídricos, na necessidade de equacionarmos em definitivo a questão da

81 cobrança pelo uso da água, do repasse aos Comitês, do apoio gerencial, enfim,
82 muitas das medidas que se iniciaram, se sustentaram em 2018, com a chegada
83 novamente da Marília, a partir de janeiro, e que se refletiram necessariamente no
84 ano de 2019. Foi o que nós fizemos no Sistema de Política Ambiental, com a
85 estrutura em 2017, e os resultados se refletiram em 2018. É exatamente o que
86 vai acontecer. Não é à toa que tão logo as outorgas também voltaram para o
87 IGAM, sem nenhum esforço a mais, a não ser gerencial, as outorgas de água não
88 formam mais passivo. Com o esforço gigante e hercúleo de todos os servidores
89 do IGAM e das unidades regionais de gestão de água, a partir do momento em
90 que as outorgas retornaram para o IGAM, não se forma mais passivo, ou seja,
91 eles estão conseguindo decidir, em número, em quantitativo, mais processos em
92 relação ao número de entradas. Isso também aconteceu com o licenciamento, e o
93 desafio foram, a partir daí, essas outras medidas estruturantes que levaram, de
94 fato, à eliminação do passivo de processos. Eu também faço registro a todos
95 vocês que, no plano de eficiência ambiental dos servidores para os próximos
96 anos, entraram também metas relativas ao Sistema de Recursos Hídricos e não
97 apenas ao Sistema de Licenciamento Ambiental. Dessa sorte todos os servidores
98 também estarão imbuídos de metas relacionadas a maior eficiência nos serviços
99 de recursos hídricos. É um tempo de bastante reflexão. Nós nunca tivemos uma
100 discussão ambiental permeando tanto as campanhas eleitorais como nós tivemos
101 este ano, seja em nível federal, mas também em nível de Estado, mas
102 acreditamos que nós temos que ser – como eu disse ontem no COPAM, e eu sou
103 assim – sonhador da realidade. Nós não precisamos achar que vamos resolver
104 problemas levando rejeito de mineração para a lua, para dar um exemplo. Nós
105 temos que levar rejeito de mineração para a construção civil, para se aproveitar e
106 dar mais eficiência ao uso do rejeito da mineração. Eu digo isso porque existem
107 vários gargalos que são enfrentados pontualmente, você não precisa de uma bala
108 de canhão para matar uma formiguinha, você precisa de ferramentas cirúrgicas e
109 remédios cirúrgicos para enfrentar determinados problemas. É a bala de prata
110 que mata o lobisomem. Então, com esse diagnóstico todo que o IGAM nos
111 apresentou, com a equipe técnica que ele conseguiu formar neste segundo
112 semestre, é que nós os diagnosticamos e elaboramos as principais ferramentas,
113 as principais ações e os principais remédios, que alguns já tiveram início, alguns
114 deles já estão aqui, que serão as nossas bases das nossas atuações dessa
115 autarquia para o ano de 2019. Nós tínhamos muitos desafios a cumprir, vocês
116 sabem que eu peguei uma secretaria em um cenário de greve, e estou
117 entregando no cenário em que o servidor público pede para trabalhar em ponto
118 facultativo, porque tem meta a cumprir. Isso é uma coisa inacreditável, porque ele
119 sabe da responsabilidade que tem, sabe da meta a cumprir e sabe também da
120 contrapartida que faz jus ao resultado, ao seu esforço. Também era um sistema
121 com uma locomotiva desordenada e que não era possível colocar as entidades
122 no caminho se a própria locomotiva que puxa estava desordenada. Então
123 trabalhamos muito para colocar a locomotiva nos trilhos, e agora os seus vagões

124 terão a nossa atenção especial, como já começou a ter no segundo semestre de
125 2018. O rendimento e a eficiência do sistema do ponto de desses atos
126 autorizativos de licenciamento chegou a 300% em relação a 2014. São números
127 impressionantes, e todas as vezes em que fazemos a medição dessa eficiência
128 todo prognóstico de eliminação do passivo se antecipa fazendo com que Minas
129 seja o único Estado da Federação, até março de 2020, que não tenha nenhum
130 processo de licenciamento ambiental fora do prazo. É bom registrar para todo
131 mundo, sobretudo aos representantes da sociedade civil que estão aqui
132 presentes, que licenciar, de fato, como vocês todos compreendem muito bem,
133 não é uma autorização para poluir. Mas, da forma que estava feito o sistema de
134 licenciamento na Secretaria, a Secretaria própria é um grande incentivo à
135 clandestinidade, porque as pessoas não conseguiam as suas regularizações, não
136 tinham eficiência, não tinham previsibilidade, não tinham tempo nem prazo, e isso
137 levava todo mundo a fazer atividades e empreendimentos sem controle, sem
138 monitoramento, sem mitigação e sem compensação. Então um sistema previsível
139 é o que também a sociedade precisa e deseja porque a mão do Estado tem que
140 ser firme naquele que não quer seguir as regras, mas as regras têm que ser
141 claras para que sejam possíveis de serem cumpridas. Fica aqui o meu
142 agradecimento a todos vocês.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.**
143 Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Antes de fazer o comunicado,
144 aproveitando a presença e deixando de lado tanto a utopia quanto a distopia, mas
145 me firmando na antropia que nós somos, só te agradecer, Germano, e a toda a
146 equipe que consigo trabalhou nesse tempo em que vocês estão juntos – um ano
147 e pouco; concretamente, um pouco mais, no sentido de que exerciam as suas
148 funções de responsabilidade também. Eu acho que não só a mim, mas acredito
149 que para muitos outros com quem eu conversei isso foi uma surpresa muito
150 grande, muito grata. Então eu te parabeno e desejo a você a maior sorte e mais
151 sucesso. E trazer ao conhecimento de todos que a CDR, que é a Comissão de
152 Desenvolvimento Regional do Senado, aprovou um relatório ontem com algumas
153 recomendações em relação à Lei de Barragens. Eu deixo na mesa o texto, eu
154 acho muito interessante. Eu não vou entrar nem no juízo da coisa, mas o fato de
155 trazer essa discussão no Senado e da forma como foi feita, eu acho que é
156 sempre um puxão de orelha que a gente leva.” Conselheiro Odorico Pereira de
157 Araújo: “Para nós do Sistema Fiemg, nós vemos que foram um avanço muito
158 grande as mudanças que ocorreram no Estado neste ano. Isso nos proporcionou
159 muita segurança e trouxe muito investimento para Minas. Eu acho que é isso que
160 é importante e que nós precisamos, de trabalho. E eu acho que trabalho vocês
161 trouxeram. Vocês estão de parabéns. Outro ponto que eu queria destacar é
162 aproveitar a presença da Dra. Christianne, presidente da ANA. Nós, quando
163 assumimos o conselho de administração da Agência Peixe Vivo, assumimos com
164 o intuito de fazer mudanças, e mudanças estão sendo feitas na Agência Peixe
165 Vivo. Trazer a agência mais enxuta, trazer mais celeridade e trazer resultados, que é
166 o que nos interessa. Porque a indústria sem água, não existe indústria. E nós

167 precisamos de água. Então o nosso propósito é trazer água para a indústria, e
168 para isso precisamos ter mais governança e um acompanhamento mais de perto
169 das atividades, não só dos Comitês como também da Agência de Bacia. Então
170 nós pedimos o apoio. Estamos apanhando muito, Marília, apanhamos bastante e
171 pedimos o apoio da ANA. Sempre temos lá o apoio do Volnei, do Humberto, mas
172 precisamos desse apoio para que consigamos implantar essas mudanças que
173 estamos realizando, que vão trazer reflexos positivos às Bacias aonde estamos
174 como entidade delegatária.” Conselheiro Leonardo Romano: “Eu sou Leonardo
175 Romano, representante do segmento de aquicultura e, inicialmente, Germano, eu
176 gostaria de dizer que essa menção que você fez a esse documento da Fundação
177 Dom Cabral só ratifica informações públicas que circularam aí sobre a boa gestão
178 que você empreendeu nesse período. E nós vimos notícias de que o novo
179 governo já reconheceu isso. Então eu acho que isso é motivo de muita satisfação
180 e muito orgulho e renova as nossas esperanças. E eu quero aproveitar a
181 oportunidade da presença da Christianne para ratificar um pleito que nós temos
182 feito do setor de aquicultura. Eu vou ser muito rápido, mas só para contextualizar.
183 Porque nós temos alguns reservatórios em Minas, especialmente Três Marias e
184 Furnas, e lutamos com um problema a longo tempo que é a falta de capacidade
185 de suporte. Tem uma longa história, desde o tempo do Ministério da Pesca. Eu
186 tenho feito interações lá, tenho até tido um ótimo diálogo na ANA com o Rodrigo
187 Flecha e o Luciano Meneses, com todo mundo, mas nós percebemos uma
188 dificuldade para concretizar as coisas. E sabemos o seguinte. Pela falta de
189 monitoramento, que era assumido pelo antigo Ministério da Pesca, a ANA,
190 legitimamente, diminuiu a capacidade de suporte por uma questão de segurança.
191 Então nós temos lutado para tentar voltar porque hoje nós temos inúmeros
192 empreendimentos em situação irregular pela falta da outorga. E nós sabemos que
193 tem uma resolução da ANA e da Aneel que determina que as operadoras
194 forneçam periodicamente informações do monitoramento. Nós já conversamos
195 isso aqui no nível estadual também, então quando eu vejo na pauta esse
196 convênio, eu queria registrar a nossa expectativa, que essas medições sirvam
197 para que a ANA tenha essa informação. E outra fonte são justamente as
198 informações prestadas pelas operadoras. Eu já fiz contato tanto com Furnas
199 quanto com a Cemig, eles mandam periodicamente, e eu não sei como que
200 dentro da ANA isso é usado. Mas então o que eu diria? Informações existem, e
201 nós temos segurança pela pequena quantidade de empreendimentos aquícolas
202 que tem em Minas que eles não causam nenhum problema, é questão de vocês
203 certificarem isso. Então eu queria aproveitar para registrar esse pleito, que isso é
204 de uma importância enorme para a atividade econômica do Estado, para fixação
205 do pessoal nesses locais, para geração de emprego e de renda. Então esse
206 convênio renova nossa expectativa e nossa esperança, e contamos com o seu
207 apoio.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Obrigado, conselheiro
208 Leonardo, pelo reconhecimento. Eu não podia deixar de registrar também o
209 agradecimento ao Fórum Mineiro de Comitês, que recentemente fez uma carta

210 muito elogiosa ao meu nome, ao nome da Marília também e ao governo. Então
211 eu fico muito agradecido a todos os presidentes dos Comitês que tiveram
212 oportunidade de manifestar no âmbito do Fórum, ao presidente do Fórum Mineiro,
213 e realmente nós temos vocês em muito alta conta. E não foi à toa que a primeira
214 ação que eu fiz quando cheguei à Secretaria foi recebê-los todos sempre
215 agrupados com base nas bacias federais, para que nós pudéssemos juntos
216 estabelecer um ritmo da gestão buscando soluções aos problemas que vocês
217 próprios nos traziam e identificavam, e tentamos potencializar o máximo nossas
218 ações no momento de tamanha dificuldade financeira. Então fica aí o
219 agradecimento ao Fórum Mineiro.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “No
220 início do ano, no Fórum Mundial da Água, as empresas assinaram um
221 compromisso, o Compromisso Brasileiro Empresarial pela Segurança Hídrica,
222 pelo CEBDES, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento
223 Sustentável. São seis itens, dentre os quais três são olhar para dentro em
224 questão de eficiência, três para fora, estimulando, engajando a cadeia, a
225 sociedade, para garantir a segurança hídrica e os usos múltiplos. Eu gostaria de
226 convidar a todos a entrarem no site que foi lançado há cerca de um mês,
227 ‘aquasfera.com.br’, que mostra como cada empresa tem cumprido o item do
228 compromisso, e também para que todos que não tem a água como valor vejam
229 oportunidades de sinergia e que busquem entrar em contato com essas
230 empresas buscando, obviamente, a segurança hídrica. O segundo informe é que
231 a ArcelorMittal, empresa da qual eu faço parte, ganhou este ano, há cerca de dois
232 meses, o ‘Oscar de Sustentabilidade da Siderurgia Mundial’ com o Plano Diretor
233 de Águas no Brasil, estabelecido aqui por nós como o melhor case de
234 sustentabilidade, no mundo, de siderurgia. Eu também convido a todos a
235 entrarem no site da ArcelorMittal e no Aquasfera também, onde tem em que ele
236 se constitui. E eu me coloco à disposição, porque nada mais é do que um
237 planejamento estratégico que busca colocar a água no centro da estratégia da
238 empresa. Sem água ninguém faz aço. E que entendamos a diferença entre preço,
239 custo e o valor da água e como pessoas que trabalham com água, independente
240 da técnica, que acreditamos que é para garantir os usos múltiplos, mas com o
241 mesmo valor, como nós conseguimos levar isso para a alta administração, como
242 conversamos em questões de disputar vários projetos que aumentam produção
243 com projetos que estimulam a segurança hídrica na região.” Presidente Germano
244 Luiz Gomes Vieira: “Ontem também na reunião do COPAM nós tivemos a
245 primeira vez a entrega do Prêmio Natureza Gerais, de indicação dos próprios
246 conselheiros. Dentre os três melhores, dois projetos da Arcelor, que foi a
247 vencedora, com aquele prêmio de Juiz de Fora, o prêmio ambiental. Então ficam
248 também os nossos parabéns a vocês, realmente um exemplo para outras
249 empresas do setor.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “No término do
250 mandato desta administração, nós ratificamos o texto no Fórum Mineiro, e
251 realmente houve avanço. Quem está lá na ponta, no interior, sentiu esse avanço,
252 principalmente na área dos usuários do setor agropecuário. Mas alguns

253 probleminhas ainda persistem. Na retomada das metas, inclusive, se for manter a
254 equipe, já pode colocar na agenda, e eu espero até que seja. A questão da água
255 mineral, que é uma questão que nós temos que destrinchar a competência entre
256 o DNPM, ou é minério ou água mesmo. Isso está causando muitos problemas,
257 principalmente na região das águas minerais aqui de Minas, que são importante
258 fonte econômica. Do ponto de vista burocrático, está resolvendo, como você
259 mesmo disse, a questão da outorga do IGAM, do licenciamento da Supram.
260 Acontece que do ponto de vista burocrático a coisa está andando, mas continuam
261 entraves conceituais que precisamos trabalhar em cima com projetos mais
262 específicos. Porque cria-se uma zona de sombra entre o licenciamento e a
263 outorga e praticamente um jogo de empurra. Quando você vai debater
264 determinados assuntos que são pertinentes a outorga, que diz respeito a
265 quantidade e qualidade de água, então está na outorga, ‘ah não, isso está no
266 licenciamento. Quando você vai ao licenciamento, no fórum adequado, ‘mas isso
267 está lá na outorga’. Então fica o jogo de empurra, e nós não temos uma base
268 conceitual ainda para resolver essa questão. Embora do ponto de vista
269 administrativo é mais fácil você resolver, fazer um corte pela lei, mas não pela
270 natureza das coisas. Então são esses dois pontos de pauta que eu acho
271 interessante que se acrescentem para a próxima gestão, que, como eu disse,
272 espero que seja continuada com vocês.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira:
273 “Obrigado, conselheiro, pelas sugestões. Inclusive, você tem razão, sim, nós
274 precisamos avançar muito em aspectos conceituais. E para isso o CERH vai ser
275 fundamental, para conseguirmos modernizar algumas das legislações para
276 deixarmos muito mais claras algumas regras que hoje já não têm tanta eficiência
277 ou que se achava terem eficiência ou importância na época e, de fato, não
278 cumprem o seu papel. Outras regras precisam ser estabelecidas, e tantas outras
279 regras que estão aí precisam ser revistas. Mas isso depende muito do CERH e
280 da iniciativa da Secretaria Executiva aqui, no caso, do IGAM, para ir propondo
281 essas matérias para vocês tão logo 2019 inicie, para que tenhamos a eficiência
282 administrativa, que os nossos sistemas burocráticos estejam no século XXI, mas
283 a nossa mentalidade também.” Conselheira Juliana Pereira da Cunha: “Eu
284 aproveito para ratificar, porque é muito importante mesmo, o pleito do Sr.
285 Leonardo em relação à questão da capacidade de suporte. O setor da aquicultura
286 é muito importante na questão da pecuária, é um setor que cresce muito no
287 Estado, e é longa mesmo essa conversa nos bastidores. Então é um pleito muito
288 importante. Fica aqui mesmo a ratificação dessa questão, e se possível
289 conversarmos isso nos bastidores para tentarmos aos pouquinhos solucionar
290 essa questão. Aproveito agora pessoalmente, já que eu pedi a palavra, para falar
291 pessoalmente e parabenizar muito a gestão do Sisema, parabenizar o Germano,
292 a Marília e todos os outros porque me sinto muito honrada nesse tempo de ter
293 participado e ter convivido com vocês. Eu aprendi muito, espero aprender muito
294 mais. Eu acho que me apaixonei pela área ambiental por conta de conviver com
295 vocês, eu achei a minha profissão por conta de conviver com vocês. Então eu me

296 sinto muito feliz de ter descoberto essa paixão do meio ambiente, de poder me
297 sentir esperançosa, de acreditar que nós podemos contribuir e realmente
298 conviver com o setor produtivo e o setor meio ambiente em conjunto,
299 conversando, dialogando, criando o desenvolvimento sustentável nesse caminho
300 do bem comum, de criar políticas públicas efetivas e reais. Como o Germano
301 disse, do sonho impossível. Então eu agradeço muito, estou realmente
302 emocionada porque eu acho que vocês fizeram uma gestão que ficamos
303 acreditando no Brasil. De tanto desencanto que vemos por aí, com vocês nós
304 vemos um pedacinho de esperança. Muito obrigada.” Presidente Germano Luiz
305 Gomes Vieira: “Juliana, é você que nos deixa emocionados, porque aí nós vemos
306 também como é possível essa conversa tão harmônica, que Minas Gerais é um
307 exemplo disso, desse diálogo sempre harmônico e transparente com o setor da
308 agricultura. E nós reconhecemos a importância que esse setor tem, inclusive para
309 conservação e preservação do meio ambiente. Se assim não fosse, nós não
310 estaríamos tão bem de relação, você não teria feito esse elogio, e nós não
311 estaríamos retribuindo os elogios a você, que acaba por personalizar toda a
312 relação que a SEMAD teve com a Seapa durante todo esse tempo. Então, muito
313 obrigado.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu gostaria de registrar, até pela
314 fala que o secretário colocou, que por iniciativa do Comitê da Bacia Hidrográfica,
315 quando ainda o professor Giacomini era o presidente, em um acordo feito entre o
316 Ministério Público, a SEMAD, o Comitê e a Universidade Federal de Uberlândia,
317 nós conseguimos alocar um grupo de 20 estudantes da Universidade Federal de
318 Uberlândia atuando no processamento das solicitações de outorga. Isso tem
319 acelerado bastante o processo, e salvo engano era a Regional onde tinha o maior
320 passivo acumulado, até porque é a Regional que mais recebe solicitações. E no
321 prazo de um ano, mais ou menos, esse passivo deve estar zerado. E o sistema
322 que foi adotado é de nosso desejo que se torne um exemplo para ser adotado no
323 restante do Estado para ajudar, uma forma que é uma retribuição de um Comitê
324 que atua, que recolhe, junto com a universidade e o Ministério Público, de uma
325 forma de apresentar as soluções e não simplesmente bater na porta do IGAM
326 para reclamar das coisas. Junto a isso, eu queria também apresentar uma
327 solicitação. Não é uma reclamação, mas uma solicitação de planejamento.
328 Porque no Comitê do Araguari nós estamos tentando inserir o nosso sistema de
329 informação geográfica, e esse sistema de informação de recursos hídricos
330 através de um SIG auxiliaria toda a administração, todos os fluxos, sejam eles
331 administrativos, financeiros, de atuação, e isso criaria um modelo novo de
332 planejamento. Nós estamos empenhando muito tempo, muita expertise, muito
333 dinheiro, inclusive nisso. E se não tiver a colaboração da ANA, até porque nós já
334 temos contato do setor de TI com o Sérgio, a colaboração do Estado de Minas
335 Gerais. Nós já fizemos contato dentro do sistema de informação, que ainda está
336 sendo montado na Secretaria. Mas há necessidade de um conjunto de atuações
337 para que todo o sistema possa funcionar. Um dos produtos que nós estamos
338 tentando desenvolver a partir desse sistema e graças à experiência do processo

339 de outorga é um sistema automatizado de outorga, não automático. Nós temos
340 alguns exemplos, como o exemplo da ANA, o exemplo do Estado de São Paulo,
341 mas queremos ir além disso, transformar isso em uma ferramenta de uma
342 interface muito mais tranquila. E nós acreditamos sinceramente que nós temos
343 capacidade de realizá-lo desde que os entraves burocráticos sejam solucionados.
344 Então novamente apresentar aqui a colaboração do Comitê, da Universidade, de
345 um processo que nós estamos há anos dentro do nosso Comitê e que vem se
346 renovando. Temos novos membros agora. E isso tem dado uma certa
347 continuidade. Nós temos muita esperança de que isso torne os Comitês
348 realmente um ente efetivo na administração dos recursos hídricos na Bacia.”
349 Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Obrigado, professor. De fato, são essas
350 pontes e a convergência de diversos órgãos que nos ajudam a ter soluções às
351 vezes impensadas, e essa solução que o senhor citou dos estagiários para dar
352 apoio na análise das outorgas foi muito importante e tem nos ajudado a, de fato,
353 sermos muito mais eficientes nas análises dos processos. Já é um piloto que nós
354 estamos levando para outros lugares, haja vista a própria Bacia do Rio Doce, que
355 vai assinar conosco um mesmo instrumento que começou na próxima semana.
356 Da mesma forma que nós fizemos lá no Triângulo. Então vocês foram realmente
357 os primogênitos de uma solução inigualável, foram muito importantes.”
358 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Se me permite, eu recomendo, portanto,
359 procurar o professor Hudson, que é o responsável pela universidade, porque ele
360 já está providenciando um relatório com todos os entraves e todos os problemas
361 de análise durante o processo, que ainda estão acontecendo, talvez até para
362 solucionar, para que isso não ocorra no acordo com o Rio Doce.” Conselheiro
363 Elbert Figueira Araújo Santos: “Em relação à parabenização pela gestão, eu acho
364 que vou ratificar o que foi dito até agora em virtude de ter conseguido uma proeza
365 que é uma valorização do servidor no atendimento a uma redução do passivo e
366 uma evolução significativa na prestação dos serviços. Isso é notório e é uma
367 coisa complexa de se fazer neste contexto agora que temos vivido. Então
368 parabéns para todos. Eu trabalho na agência reguladora de saneamento, de água
369 e esgoto de Minas Gerais, e nós temos percebido uma tendência cada vez maior
370 da aproximação da gestão de recursos hídricos com o saneamento, essa
371 interface cada vez mais caminhando para o mesmo caminho. Então eu queria
372 colocar à disposição a Arsae, qualquer coisa que precisarem, nós estamos às
373 ordens para contribuir no que for necessário. E queria também fazer um pedido.
374 Eu fui presidente da CTPLAN até hoje, que o Guilherme assumiu. É a Câmara
375 Técnica de Planos do CERH. E lá nós montamos um grupo de trabalho a respeito
376 de áreas de restrição de uso com vista a proteção de recursos hídricos, proteção
377 de ambientes aquáticos etc. E é importante que esse trabalho seja perenizado.
378 Nós ainda estamos formatando, mas é uma coisa um pouco de vanguarda
379 porque ainda estamos tentando fazer a gestão de recursos hídricos, saindo do rio
380 para tentar uma coisa mais relacionada à gestão do território. Então é importante
381 o apoio da área de Meio Ambiente para que isso depois nós consigamos efetivar

382 em uma solução com vistas a essa proteção para garantir recursos hídricos com
383 quantidade e qualidade para atender os usos múltiplos.” Presidente Germano
384 Luiz Gomes Vieira: “Obrigado, Elbert. Fica o nosso agradecimento pelas
385 palavras. Algo em que nós sempre acreditamos foi realmente diagnosticado pela
386 Fundação Dom Cabral e nos dará uma oportunidade, se isso se efetivar para os
387 próximos anos, em um trabalho eu acho muito mais efetivo para as nossas
388 Bacias Hidrográficas, que é justamente o reconhecimento de que a Política de
389 Meio Ambiente também tem que englobar a parte da Secretaria de Cidades que
390 tem o tratamento do saneamento e dos consórcios de resíduos sólidos e a parte
391 também do desenvolvimento do Norte, onde nós temos a reservação de água, o
392 combate à desertificação e às mudanças climáticas. Então possivelmente o
393 nosso trabalho será mais integrado do que nunca nos próximos anos.”
394 Conselheiro Renato Junio Constâncio: “Primeiro parabenizar a Dra. Marília e
395 equipe de trabalho no seu mandato. Eu falo agora em nome do Comitê do Rio
396 das Velhas – eu faço parte da diretoria –, em nome do Marcus Vinícius
397 Polignano. O excelente trabalho, a disponibilidade, fácil acesso à equipe do IGAM
398 para nós resolvermos um problema, comandado pelo Comitê, na questão da
399 abastecimento público de Belo Horizonte, na captação Bela Fama, onde usuários,
400 junto com o IGAM e o Comitê, nós fizemos um trabalho para garantir uma
401 captação de Bela Fama, a montante de Belo Horizonte. Então foi um trabalho
402 bastante importante, inédito, onde parceiros e usuários a montante da captação,
403 junto com a Copasa, nós estamos fazendo uma gestão, mudamos uma outorga
404 de uma PCH para garantir o abastecimento. Então, em nome do Comitê,
405 enquanto membro do Comitê do Velhas e da diretoria, falar isso. E por fim a Dra.
406 Marília estava e também tem uma intervenção da ANA no assunto que eu vou
407 falar aqui. Soltou-se uma resolução no final do ano passado de operação do São
408 Francisco. Semana passada, na sexta-feira, nós estivemos na plenária do Comitê
409 do Rio São Francisco, em Montes Claros, e a Cemig assinou um acordo de
410 cooperação técnica junto com o Comitê da Bacia do Rio São Francisco via
411 Agência Peixe Vivo, que eu gostaria de também externar aqui. A presidente está
412 aqui, a Dra. Célia. Nós estamos fazendo um estudo de quatro anos, hidrológico,
413 hidrodinâmico e também de integridade ecológica de lagoas marginais, onde a
414 Cemig Geração Três Marias está disposta a fazer um trabalho de alocação de
415 águas em prol das lagoas marginais ao longo do rio, especificamente em Manga
416 e Matias Cardoso. É um estudo replicável, onde estamos dispostos ao longo da
417 operação de Três Marias até o fim da concessão, se o estudo assim o permitir,
418 operar amigavelmente Três Marias em prol do ecossistema lagoas marginais ao
419 longo do São Francisco. É inédito, um trabalho que vai ser árduo, mas não
420 deveríamos deixar de divulgar aqui, já que vai ser em nível federal, mas tem tudo
421 a ver com Minas Gerais, em território nosso.” Conselheiro Antônio Eustáquio
422 Vieira: “Boa tarde a todos, companheiros, amigos. Para quem não me conhece
423 ainda – eu creio que quase todos conhecem –, meu nome é Antônio Eustáquio
424 Vieira, conhecido por Tonhão, presido do Movimento Verde de Paracatu, a

425 instituição à qual estou aqui representando, e também presidido o CBH Paracatu
426 neste momento. Embora não sejamos insubstituíveis, eu quero dizer o seguinte.
427 Eu vou dizer aqui o que muitos querem falar e que não têm coragem de falar. Eu
428 acho que não é hora de esse pessoal que está à frente da SEMAD pular fora do
429 barco. Espero também que os nossos governantes tenham sensibilidade para
430 entender isso. Inclusive, eu acho que foi conseguido um avanço muito grande,
431 que foi a união de todo o pessoal do Sisema. Eu tenho acompanhado o Sisema
432 não aqui diretamente, mas pelo pessoal da Supram Noroeste, quando eu
433 converso com técnicos lá, e eles falam coisas que eu nunca tinha escutado, de
434 várias maneiras. Então eu espero que a gente consiga manter essa estrutura
435 existente e quero aproveitar a oportunidade de dar um recado para a Sra.
436 Christianne, presidente da ANA. Joias preciosas como nós temos aqui hoje na
437 SEMAD – porque sempre soubemos disso ao longo dos anos – existem também
438 na ANA, pessoas que às vezes você ainda não conheça, mas que são
439 companheiros de muito tempo e que prestam um serviço muito relevante.
440 Anônimos ali. Inclusive, nem sei se é do seu conhecimento, mas dia 18 mesmo
441 nós estamos realizando um grande evento em Paracatu. Não sei se você sabe,
442 mas rio Paracatu é o principal afluente do São Francisco. Inclusive, nós vamos
443 procurá-la daqui uns dias para termos um bate-papo. Espero que tenha um prazo
444 para nos atender. Estamos realizando um grande evento em Paracatu, e a ANA
445 está nos apoiando, como também o IGAM, onde vamos tentar evitar aquilo que
446 você viu na foto que eu te dei na folhinha quando você estava chegando. Um rio
447 do porte do Paracatu com problema. Então nós estamos realizando o evento, e
448 quero tecer aqui um agradecimento especial ao Devanir. Imagina no apagar das
449 luzes de um governo conseguir viabilizar a ida de um técnico para nos ajudar.
450 Tem também o Rodrigo Flecha, que é outro grande companheiro. Então quero
451 deixar aqui esse recado para você e aproveitar – não sei se tem jeito – e te dar
452 um dever de casa para ver se você pode nos ajudar. Hoje, depois que escutei
453 uma fala que recebi no WhatsApp, do presidente eleito, eu entrei em trauma por
454 causa da questão da conversão de multas do Ibama. Foi feita uma mobilização
455 violenta no país, e o que nós ouvimos é que não vai acontecer nada daquilo.
456 Então não sei se você consegue articular alguma coisa, pelo menos uma
457 conversa nesse sentido, porque é o único recurso que sentimos que tem hoje
458 ainda com possibilidade de se trabalhar a revitalização do São Francisco. E se
459 perdermos esse recurso eu não sei como vamos fazer. Então precisa ter alguém
460 lá em Brasília, no meio da elite do poder, para tentar olhar isso para nós. Você vai
461 continuar na ANA mais um tempo, então, por favor, nos ajude. Espero que
462 consigamos algum avanço nesse sentido. Ficam as minhas palavras, não vou
463 falar mais porque ontem eu já falei tudo que a Marília e o Germano precisavam
464 ouvir aqui. Abraço a todos os companheiros.” Presidente Germano Luiz Gomes
465 Vieira: “Também de nossa parte, como isso tem repercussão direta para Minas
466 Gerais, nos nossos projetos e na nossa qualidade ambiental, pode ter certeza
467 que nós também vamos, através da Abema, fazer esse registro. Minas Gerais é a

468 atual vice-presidente executiva da associação, que reúne os 27 Estados. Então
 469 eu vou me somar ao pedido que você fez para a Christianne, tomar isso também
 470 como responsabilidade e também agir no viés político.” Conselheiro José de
 471 Castro Procópio: “Boa tarde a todos. Procópio, do Instituto Guaicuy. O Tonhão
 472 tocou realmente em algo muito preocupante que é essa questão das conversões
 473 de multas. Eu faço parte da câmara nacional, e nós não recebemos enquanto
 474 conselheiros da câmara nenhuma resposta a respeito do posicionamento real do
 475 que está acontecendo. Sendo que tivemos uma reunião agora não só por esse
 476 chamamento que aconteceu. É na verdade a primeira ação efetiva de
 477 recuperação das cabeceiras do São Francisco. É um montante razoável de
 478 recursos em termos de recuperação real e não em termos de obras, mas em
 479 termos de recuperação ambiental, recursos que viriam para o Estado. E o
 480 planejamento que foi feito para os próximos dois anos dentro do mesmo sistema.
 481 Então, se não acontecer, é um grande retrocesso. Então realmente, Germano,
 482 seria muito importante estarem atentos enquanto atores estratégicos do Estado
 483 na garantia de que esse recurso realmente aconteça.” Presidente Germano Luiz
 484 Gomes Vieira: “Eu estou vendo que nesse tema de conversão de multas há uma
 485 convergência de todos os conselheiros sobre a necessidade de se manter esse
 486 programa. Ou estou errado? Por que vocês não propõem a mim uma moção para
 487 que eu possa encaminhar então ao presidente eleito, sobretudo, a importância
 488 desse programa, o ineditismo, o fato de ter sido o primeiro. Nós só podemos falar
 489 que vai dar certo ou errado depois que tentarmos executar. Na administração
 490 pública a gente fica com muito medo de errar, então nós temos que tentar
 491 acertar.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu posso propor. Então, eu
 492 proponho, sim, uma moção para a conversão de multa. Na verdade, seria uma
 493 grande solução para os grandes débitos de multas ambientais. Com uma grande
 494 redução, o infrator é beneficiado grandemente, mas tira também desse limbo um
 495 recurso gigantesco que está paralisado, com possibilidade de efetiva atuação na
 496 recuperação ambiental. Então seria muito importante que esse recurso se
 497 consolidasse no Estado.” Presidente Germano Luiz Gomes Vieira: “Então nós
 498 vamos seguir com a reunião, alguém vai fazer uma proposta, e ao final, na hora
 499 que chegarmos aos itens de deliberações, colocamos em votação o texto e
 500 aprovamos.” **4) EXAME DA ATA DA 116ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade
 501 a ata da 116ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
 502 realizada em 28 de setembro de 2018, com a seguinte correção: linha 433, onde
 503 está escrito “em alteramos uma condicionante”, lê-se “em que alteramos uma
 504 condicionante”. **5) PROPOSTA DE AGENDA DE REUNIÕES DO PLENÁRIO DO**
 505 **CERH PARA O ANO DE 2019.** Aprovado por unanimidade o calendário de
 506 reuniões do Plenário do CERH para o ano de 2019 nos termos da proposta
 507 apresentada pela SEMAD, com previsão de sessões ordinárias nos dias 14/3,
 508 13/6, 19/9 e 11/12, às 14h. **APRESENTAÇÕES. 6) ASSINATURA DA**
 509 **RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/IGAM/SEMAD QUE DISPÕE SOBRE**
 510 **COOPERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E O INSTITUTO**

511 **MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS PARA GESTÃO INTEGRADA DOS**
512 **RECURSOS HÍDRICOS. Apresentação: IGAM.** Marília Carvalho de Melo,
513 diretora-geral do IGAM, fez apresentação da Resolução Conjunta
514 ANA/IGAM/SEMAD que dispõe sobre cooperação entre a Agência Nacional de
515 Águas e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas para gestão integrada dos
516 recursos hídricos. Em seguida, assinaram a Resolução Conjunta o secretário de
517 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Luiz Gomes
518 Vieira, a diretora-geral do IGAM, Marília Carvalho de Melo, e a diretora presidente
519 da Agência Nacional de Águas (ANA), Christianne Dias Ferreira. Christianne Dias
520 Ferreira/ANA: “Para mim é um privilégio, uma honra, agora no final poder
521 participar desta reunião. É a primeira reunião de Conselho Estadual de que eu
522 participo, e achei a dinâmica muito interessante, gostei bastante de ver os
523 depoimentos de todos vocês, sentir um pouquinho de perto a realidade dos
524 problemas que todos nós temos que enfrentar juntos. Especialmente no dia de
525 hoje, eu gostaria de cumprimentar e parabenizar mais uma vez o secretário
526 Germano pelo trabalho aqui desenvolvido à frente da Secretaria e fazer também
527 um agradecimento especial para a Marília, que tem sido essa parceira, e contar
528 um pouquinho da história dessa Resolução, como começou e quais são as
529 nossas expectativas. Nós estávamos conversando com a Marília aqui um
530 pouquinho antes e falando assim: ‘Quando fazemos uma coisa diferente, sempre
531 causa um rumor, um ruído, e isso é bom porque mostra que estamos fazendo
532 algo diferente, porque fazer mais do mesmo ninguém quer’. Então eu falei assim:
533 ‘Marília, vamos pensar em uma coisa diferente, vamos pensar em um piloto.’
534 Porque desde que eu cheguei à Agência Nacional de Águas a minha
535 sensibilidade era de que situações diferentes, Estados diferentes, regiões
536 diferentes mereciam também tratamentos diferentes. Então nós pensamos em
537 desenvolver um projeto piloto. E para minha surpresa a Marília chegou lá com o
538 projeto todo pronto, lindo, maravilhoso. Eu não esperava tanto e fiquei bem feliz.
539 E nós começamos a desenvolver isso dentro da ANA. Eu pensei: ‘Como vou
540 conseguir unir toda a Agência nesse projeto?’ Porque é um projeto que envolve
541 todas as áreas, hidrologia, regulação... ‘Como eu vou conseguir chamar todos os
542 superintendentes, que mal me conhecem, em prol desse projeto?’ E para minha
543 surpresa foi mais fácil do que eu imaginei, porque todos estavam ansiosos
544 realmente para a celebração de uma resolução como esta. Então a ideia é que
545 possamos empregar mais tecnologia, que possamos ter uma base de dados mais
546 real, para que possamos ter realmente um balanço hídrico e que possamos
547 uniformizar procedimentos. Então quando falamos ‘aparentemente não tem nada
548 de novo’, não tem nada de novo, mas juntamos tudo isso em um projeto só, tudo
549 isso de forma encadeada, de forma procedimental. Então envolve toda a Agência
550 Nacional de Águas, e todo mundo vibrou muito e ficou muito entusiasmado. E é
551 por isso que hoje nós estamos conseguindo celebrar aqui essa resolução. É o
552 meu primeiro projeto desenvolvido com a parceria dos meus colegas da ANA,
553 mas que eu tenho um carinho todo especial, e vou empenhar todos os esforços e

554 toda a minha energia para que realmente não fique só no papel, e consigamos
555 fazer uma gestão realmente integrada, um projeto piloto que possa servir de
556 referência para o resto do país. Nós temos um país muito grande, com muita
557 diversidade, e cada projeto, com cada Estado, tem que ser realmente especial.
558 Nós compartilhamos muitas Bacias, então tudo isso tem que ser avaliado,
559 refletido e considerado no momento de fazer um projeto como esse. Então eu
560 gostaria de registrar meus agradecimentos pelo recebimento, pelo acolhimento e
561 dizer que a Agência está sob nova direção, mas que continuamos de portas
562 abertas. Tonhão, eu conheço as pessoas que você mencionou, tenho procurado
563 conhecer cada dia mais e conto mesmo com o corpo técnico da Agência, que é
564 muito qualificado e que tem me dado bastante suporte, e temos conseguido
565 trabalhar bastante em equipe. Então a Agência continua de braços abertos.
566 Podemos, sim, algum de vocês mencionou que gostaria de ser recebido lá. A
567 Agência está de portas abertas para todos vocês.” Presidente Germano Luiz
568 Gomes Vieira: “De fato, é o que eu falei no início, nós temos que ser sonhadores
569 da realidade, e eu tenho certeza de que algo que no início possa parecer tão
570 simples e singelo, do ponto de vista da gestão, tem uma importância significativa
571 para aqueles que trabalham tanto em nível federal quanto do Estado, e a quem
572 vai repercutir essas ações são aos nossos usuários e ao meio ambiente. Então
573 fica aqui o nosso agradecimento por Minas Gerais ter sido o primeiro, por você ter
574 reconhecido a nossa iniciativa de querer fazer diferente. Não é fácil inovar na
575 administração pública. Eu tenho tido essas reflexões há algum tempo e no
576 domingo escrevi um artigo, que vai sair no ‘O Tempo’ de amanhã, que o título é:
577 ‘A difícil tarefa de inovar no setor público’. Para vocês terem uma ideia, no setor
578 público, quando você chega para o servidor e fala ‘você tem que pensar fora da
579 caixa’, ele fala ‘eu não posso pensar fora da caixa porque nós somos cheios de
580 caixinhas, e pensar fora da caixa é incompetência’. E de fato se você pensar em
581 pensar fora da caixa em um modelo de gestão administrativa engessado você
582 não consegue circular, ou seja, você é tolhido pela inovação, pela criatividade, na
583 sua origem, na sua gênese. Porque nós na administração só podemos fazer
584 aquilo que a lei estabelece que é possível fazer, ou seja, tem que ter uma diretriz
585 legal ou normativa. Estabelecer a legislação. E para você mudar a legislação
586 você tem que fazer um rol de tentativa e erro e inovar. Só que há um certo grau
587 de incerteza quando você está inovando, porque você está tentando, e aí você
588 não consegue nem estabelecer a regra porque todo mundo já quer o resultado
589 antes de ele ser tentado. E se você tenta, e o resultado não é aquilo que você
590 espera, é mau uso do dinheiro público, aí você é punido, auditado, controlado.
591 Enfim, tudo é feito para você não inovar. Mas o artigo de amanhã vocês vão ver
592 que vem com essa perspectiva de que é possível, de fato, inovar, que nós
593 precisamos sair do lugar comum. E isso que se está fazendo aqui hoje é uma
594 chance exitosa de que nós possamos subsidiar novas ações inovadoras para
595 fazer aquilo que o conselheiro Giacomini falou: não só a desburocratização de
596 processos, mas de mentalidade e de aspectos conceituais. Isso aqui é conceito e

597 vai nos ajudar a mudar muita regra em 2019. E o CERH vai ser importantíssimo
598 para isso.” **7) LANÇAMENTO DOS RESULTADOS DO PROJETO ÁGUA**
599 **NORTE DE MINAS (PANM). Apresentação: CPRM/IGAM.** Maricene Paixão, do
600 IGAM, e Márcio Cândido, do CPRM, fizeram exposição e o lançamento dos
601 resultados do Projeto Água Norte de Minas. Após as apresentações foram
602 registradas as seguintes manifestações. Debates. Presidente suplente Marília
603 Carvalho de Melo: “Parabenizar o Márcio, a CPRM, o Marlon, que está aqui
604 também – é o atual superintendente da CPRM em Minas Gerais – pelo trabalho.
605 Agradecer o apoio e o empenho da equipe. Nós iniciamos esse trabalho, foi uma
606 proposição deste Conselho em 2010, quando nós aprovamos a deliberação
607 normativa que estabelece uso insignificante para poço tubular. Na época a Dra.
608 Cleide era a diretora-geral do IGAM, e eu era diretora de Monitoramento e
609 Fiscalização, responsável por esse trabalho. Parabenizar a Maricene, o Heitor e o
610 Thiago, a equipe do IGAM que esteve envolvida. Eu fui a primeira coordenadora
611 técnica desse projeto no convênio com a Fapemig, e depois quando eu fui para a
612 Secretaria a Maricene assumiu a coordenação. Mas a coordenação técnica do
613 trabalho foi sempre responsabilidade da Maricene. Agradecer o empenho, nós
614 fizemos um esforço árduo neste final de ano para concluir esse trabalho. Eu tinha
615 uma ansiedade muito grande para que concluíssemos esse trabalho. É um
616 trabalho que estava previsto para três anos e se estendeu por oito, mas vocês
617 podem ver aqui o resultado, que mostra a relevância do trabalho para a gestão de
618 recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, nos dá uma outra perspectiva de
619 gestão de águas subterrâneas no Norte do Estado. E vamos fazer todo o
620 empenho junto com a CPRM. Eu já conversei com a Christianne para
621 estendermos à região Centro-Sul do Estado no próximo ano.” Conselheiro
622 Antônio Giacomini Ribeiro: “Parabéns pelo trabalho. Porque se quisermos fazer
623 uma abordagem de integração, nós temos que ter um conhecimento integrado,
624 porque a base é o conhecimento. E dentro dessa proposta vocês estão de
625 parabéns. Trabalho semelhante já foi desenvolvido na década de 70 no Nordeste
626 do Brasil, pelo projeto Radam. Tem vários Estados mapeados nessa perspectiva.
627 E é muito interessante porque eu participei daquilo em 1970 e poucos, e nós
628 vemos que tem realmente solução. E aí, antes mais nada, nós gostaríamos de
629 aprofundar essa discussão – porque aqui o prazo é exíguo, obviamente – lá no
630 nosso GT de Monitoramento. Então já fica aqui um convite público. Quando tiver
631 condições de voltar a funcionar os GTs, esperamos que possamos agendar com
632 o pessoal, e lá nós vamos aprofundar mais uma série de questões. E do ponto de
633 vista da gestão é justamente isso que estamos buscando, saber qual é a
634 interferência da exploração da água subterrânea na disponibilidade da água
635 superficial. Esse é um tema que está nos preocupando em demasia já nas Bacias
636 de primeira e segunda ordem. E nós ainda não temos soluções técnicas para
637 dizer em que vai agravar uma determinada outorga subterrânea naquela
638 disponibilidade de alguém que já, inclusive, é outorgado superficialmente. Então
639 nós temos que trabalhar em cima de uma realidade. Já estamos chegando a

640 parâmetros mais regionais, mas precisamos de parâmetros Bacia por Bacia. Essa
641 eu acho que deve ser a meta, porque também temos que imaginar que esse
642 estudo está funcionando melhor para aquíferos livres. Agora como é que fica a
643 questão dos aquíferos confinados? Não tem integração, mas é passivo de
644 exploração. Então nós deveremos ter ou não uma legislação separada para os
645 aquíferos confinados? E a proteção dos aquíferos mais superficiais? Então existe
646 uma série de outras abordagens, que seria muito interessante avançar. Eu queria
647 dar oportunidade para outros falarem, mas parabéns pelo estudo, e espero que
648 continuem.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “A minha pergunta é bem
649 objetiva. Os dados brutos vão estar disponibilizados também? Porque seria
650 interessante para compor os estudos. E o CPRM também fez um estudo que
651 fazia a previsão, com base nas chuvas, de quando aquele ponto de
652 monitoramento do rio poderia chegar ao Q7,10. Será ótimo para a gente que
653 trabalha na indústria prever situação de restrição com base na DN. Isso poderia
654 ter uma integração. E talvez também criar na página algum modelo que permita
655 uma pessoa rapidamente, com base em todas essas informações e metodologia,
656 fazer uma análise prévia de como é lá a questão da disponibilidade. Porque aí
657 você populariza e disponibiliza essa informação para uso.” Presidente suplente
658 Marília Carvalho de Melo: “Em relação a esse estudo, nós terminamos agora o
659 que vocês receberam, que é o relatório executivo, mas todos os produtos estarão
660 em breve disponíveis no site da CPRM e do IGAM. Todos os dados são públicos,
661 abertos e estarão disponíveis para todos vocês.” Márcio Cândido, do CPRM: “O
662 que nós temos que pensar agora é como disponibilizar, a forma de disponibilizar
663 as informações todas. Por exemplo, as estações automáticas têm dados de 15
664 em 15 minutos. Como nós vamos fazer isso, disponibilizar dado diário, dado
665 mensal, em que plataforma? Por isso que ainda não está exposto para vocês.”
666 Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Inclusive, os mapas estarão na
667 nossa IDE. E nós estamos agora pensando a forma de disponibilizar esses
668 dados.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Partindo para a prática,
669 suponhamos que o empreendedor tenha outorga para trabalhar rebaixamento de
670 lençol de 18 m/s e tiram 13 m/s. E acontece que, quando conseguiram essa
671 outorga para esse rebaixamento, a história era uma, e hoje nós sentimos que
672 nessa região está acontecendo um dolinamento. O pessoal fala que é por causa
673 do rebaixamento. Só que a montante dessa área, de uns 20 anos para cá, a
674 região foi toda degradada. Então nós sentimos que, quando eles conseguiram
675 aquela outorga, era uma realidade, e hoje é outra, porque não tem água
676 alimentando o lençol nas cabeceiras lá para cima. É o que acontece na região de
677 Vazante, na Mineira. Porque eu fiz um trabalho lá e detectei que a montante, a 50
678 km da área da mina da Votorantim, a área foi totalmente degradada. Nós
679 sentimos que não tem água alimentando o lençol porque as nascentes secaram
680 todas, e são mais de mil nascentes. Aí como ficam esses empreendimentos?
681 Porque a outorga na época era uma, e a história agora é outra, porque não tem
682 água alimentando. Por exemplo, quando eles conseguiram essa outorga, era

683 apontado que não ia ter interferência na Bacia, na questão subterrânea, e hoje,
684 com o rebaixamento, porque não tem infiltração nas cabeceiras, não tem água.
685 Então pode ser uma das causas desse dolinamento que está tendo na região.
686 Como ficam esses empreendimentos em termos de licenciamento ambiental? É
687 um caos. Tem uma região no córrego Santa Catarina. Por exemplo, eu senti que
688 uma lagoa que existia, onde o pessoal pescava com barco há uns seis, oito anos,
689 ela secou. Aí o pessoal fez uma cerca, porque tinha água embaixo. Botaram gado
690 dentro da lagoa. E passou mais um ano, e eles baixaram a cerca de novo porque
691 foi secando, porque o lençol foi rebaixando a 50 km de distância dessa
692 mineradora. Então a minha preocupação é como que ficam esses
693 empreendimentos. São empreendimentos gigantescos. Como é que se vai fazer
694 com essa história?” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Esse estudo
695 dá para nós uma primeira visão da disponibilidade hídrica no Norte do Estado de
696 Minas Gerais, de águas subterrâneas. Agora um ponto que eu acho que o
697 Giacomini tocou muito bem, e por isso nós apostamos muito nesse GT de
698 Monitoramento, é o monitoramento constante de água superficial e de água
699 subterrânea neste Estado. E mais, digo, a avaliação, através desses dados, da
700 interferência da utilização de água subterrânea na vazão de base dos rios. Eu
701 tenho acompanhado um pouco alguns estudos que a Agência Nacional de Águas
702 está fazendo, especialmente na Bacia do Verde Grande, mostrando que
703 realmente existe uma superexploração já em alguns lugares e isso está
704 asseverando a crise hídrica que nós denominamos em função de aspectos
705 climáticos. Mas os aspectos climáticos estão sendo asseverados por uma
706 superexploração de água subterrânea em grande parte do nosso Estado. Hoje
707 nós apresentamos aqui esse trabalho, que é um avanço no conhecimento das
708 águas subterrâneas no Estado de Minas Gerais, mas infelizmente o que está
709 debaixo da terra nós conhecemos pouco. Alguns empreendimentos já têm o
710 sistema de monitoramento, as grandes mineradoras, por exemplo, aqui da região
711 metropolitana têm esse monitoramento de água subterrânea, e cada caso nós
712 vamos ter que avaliar o que realmente está gerando essa menor disponibilidade
713 hídrica superficial e subterrânea. Eu acho que nós sempre temos que nos pautar
714 em dados técnicos, no monitoramento que nos dê a condição de dar a resposta
715 de qual é o problema, de fato, para que possamos agir cirurgicamente na solução
716 daquele problema. E aí são diversas questões: uso e ocupação do solo na Bacia,
717 recuperação de nascentes que precisou ser feita. Nós estamos em uma ação, e
718 alguns aqui estão participando, o professor Sylvio, discutindo critérios para
719 revitalização de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Então, caso a
720 caso nós temos que avaliar, mas sempre baseado em dados técnicos, em um
721 sistema bom de monitoramento que nos possa ajudar a dar essas respostas,
722 concretamente, de quais são as soluções possíveis.” Conselheiro Antônio
723 Eustáquio Vieira: “Quando muitas vezes foi liberada essa outorga para um
724 empreendimento não existia exatamente a questão de uso só lá para cima. Eu
725 acho que não vi o estudo todo, mas acho que nós temos que tentar mostrar o que

726 era com relação ao solo na época e agora.” Presidente suplente Marília Carvalho
727 de Melo: “O estudo discute um pouco essa questão do uso e ocupação do solo,
728 mas esse é um ponto. Eu acho que este Conselho tem uma pauta grande para
729 evoluir. Nós temos também que entender qual é a limitação do Sistema de
730 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Uso e ocupação do solo é uma
731 competência constitucional do município. E como que nós vamos ajudar a
732 influenciar nesse processo. Mas não é nossa competência, de fato. Então temos
733 que nos concentrar no que é nossa competência e ter dados precisos. Porque se
734 temos dados precisos, com sistema de monitoramento adequado, podemos
735 mostrar para o município, ‘essa sua opção de uso e ocupação do solo está
736 gerando essa resposta do ponto de vista de disponibilidade hídrica nessa região.”
737 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Nós estamos chegando àquele ponto em
738 que gestão de água e gestão territorial não dá mais para dissociar, nós temos
739 que rever a coisa. É um baita de um conceito que temos que trabalhar senão
740 desanda mesmo. Os rios estão secando, morrendo.” Conselheiro José Nelson de
741 Almeida Machado: “Em primeiro lugar eu quero parabenizar. É um trabalho de
742 excelente qualidade, longa duração e grande profundidade. Aliás eu estou
743 sugerindo ao pessoal que o apresente no congresso da Abes que vai ter no ano
744 que vem. Neste ano foi procuradíssimo. Agora eu tenho uma pergunta a fazer.
745 Existe um estudo feito há uns vinte e poucos anos pelo Sérgio Menin, contratado
746 pela Copasa, sobre deflúvios superficiais no Estado de Minas Gerais. Chegou a
747 ser feita alguma análise desses dois documentos? Se tiver algum comentário eu
748 gostaria de saber se está valendo, se não está mais.” Presidente suplente Marília
749 Carvalho de Melo: “Sobre estar valendo, o estudo de deflúvios superficiais do
750 Estado de Minas Gerais, elaborado pelo Sérgio Menin, é a base para concessão
751 de outorga no Estado de Minas Gerais até hoje. Nós fizemos uma parceria com
752 Viçosa em 2009. Nós publicamos em 2011. Nós fizemos parceria com Viçosa, e o
753 Sérgio Menin esteve conosco nesse projeto para atualizar o trabalho da Copasa,
754 e agora, como eu mencionei, nós vamos trazer um novo estudo de regionalização
755 de vazão que vai ser a base para o Estado de Minas Gerais, que é isso que vai
756 ser desenvolvido pela UFMG. Mas hoje o que utilizamos ainda é o Hidrosistemas,
757 da Copasa.” Márcio Cândido, do CPRM: “Naquele slide em que eu mostro todos
758 os estudos que nós consultamos, o estudo do Sérgio Menin foi, sim, levado em
759 consideração. Primeiro porque ele hoje é oficial. Segundo pela praticidade que
760 existe na sua aplicação, porque eu acho que é uma das formas melhores de se
761 conseguir estimar os dados ali. Porque você tem vários estudos de
762 regionalização feitos para Bacias separadas, e ele é o que emplaca. Na época
763 ele tinha uma limitação com relação aos dados propriamente ditos, então existiam
764 ali algumas séries que foram preenchidas, e teve muito preenchimento. Mas era
765 uma questão de época. O que tem que ser pensado e que não pode ser deixado
766 de lado é a importância do monitoramento para a gestão. A gestão de recursos
767 hídricos começa com monitoramento, com conhecimento contínuo. E é
768 interessante porque é aonde se gasta muito dinheiro. Então nós buscamos olhar

769 todos os estudos possíveis que deram para ser consultados, e o do Sérgio Menin
770 foi um deles.” Conselheiro José Nelson de Almeida Machado: “Existe um fato
771 relevante hoje que essa crise hídrica que está atualmente derrubou todas as
772 séries históricas vigentes, hoje o Jerson Kelman já falou em período de tempo de
773 recorrência de 260 anos. Quem imagina uma situação dessas na história? Não
774 existia gestão de recurso hídrico. Então está uma confusão nesse meio que torna
775 as coisas um pouco inseguras.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo:
776 “Essas são as incertezas com que o Sistema de Gerenciamento vai ter que lidar
777 daqui para frente.” Conselheiro Décio Antônio Chaves Beato: “Eu gostaria de
778 parabenizar o Márcio, que realmente conseguiu um trabalho muito importante de
779 consolidar muitos dados e informações desse trabalho, que eu até participei.
780 Realmente ele conseguiu uma tarefa excepcional e meritória de créditos.
781 Provavelmente chegou a resultados de valorar conceitos que em termos
782 hidrogeológicos são muito pouco quantificáveis. Então realmente ele conseguiu
783 um resultado excepcional. Uma coisa que eu gostaria de citar aqui também é que
784 esse trabalho foi realizado com dados primários, então essa é uma coisa muito
785 importante em termos até de Estado, em termos de estudos que são feitos aqui
786 no Estado de Minas Gerais. Normalmente utilizamos dados secundários vindos
787 de bibliografia, e esse tem o mérito de realmente instalar, monitorar, fazer um
788 monitoramento sistemático. Investiu-se dinheiro, realmente foi um custo elevado,
789 mas com resultados muito interessantes, que vão ser aproveitados em
790 metodologias a serem empregadas futuramente. Monitoramento é fundamental
791 para se conhecer. Para a gestão integrada é fundamental você ter resultados
792 quantificáveis, consistidos, consolidados, senão fica um achismo que realmente
793 não leva a resultados satisfatórios nem para usuários nem para a população.
794 Uma coisa que eu também reparei e gostaria só de acrescentar é a questão
795 dessa resolução conjunta, que foi citada em termos de um convênio, mas a
796 questão de águas subterrâneas, para a gestão integrada, é fundamental ter os
797 resultados e um destaque também em termos até de usuários, da quantificação
798 de usuários. Outra questão é em relação ao nosso Grupo de Trabalho de
799 Monitoramento. Nós temos vários usuários outorgados que fazem seu próprio
800 monitoramento de recursos hídricos, têm estações climatológicas automatizadas,
801 suas redes fluviométricas monitoradas, e esses dados não estão disponibilizados
802 na rede do Estado. E poderiam, porque esse estudo utilizou basicamente alguns
803 dados que foram levantados de alguns cadastramentos que nós fizemos, alguns
804 estudos que a ANA desenvolve. Mas poderia ser muito melhor, muito mais
805 detalhado, se esses dados estivessem disponibilizados. Então, uma vez que esse
806 Grupo de Trabalho eu acredito que vai tratar disso, sistematizarmos essas
807 informações que são geradas por empreendimentos de uma forma que sejam
808 acessíveis para todos. E as conclusões certamente vão ser muito melhores,
809 muito mais bem detalhadas. Seria o caso de esses poços outorgados terem
810 alguma forma de fornecer esses dados. E mais uma vez parabenizar até a
811 própria iniciativa do IGAM e da SEMAD de realizar esse trabalho, que realmente

812 é um marco que eu acredito que vai gerar outros frutos e tomara que ajude
813 bastante a todos.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Eu estava
814 comentando agorinha há pouco como eu estou um pouco desatualizado, porque
815 fiquei afastado muito tempo do Conselho. Mas depois que eles apresentaram eu
816 acho que estou é no jardim de infância. Porque está se falando aqui, Giacomini,
817 até em mudar a Constituição Federal. Eu me lembro remotamente quando nós
818 discutíamos qual era a vazão base, Q7,10, Q90, Q95... A nossa colega lá de
819 Divinópolis, a Regina, foi ela me parece quem fez o primeiro levantamento do
820 cadastro de usuários lá da região, e ela queria que fosse mudada a vazão base,
821 porque não dava, do jeito que estava lá o levantamento, não existia mais a
822 capacidade de o rio Pará sustentar aquela região. Agora vem o Márcio aqui e fala
823 o seguinte. Significante de 1, que para nós poderia ser uma razoabilidade, é 1 em
824 3. Ou seja, não tem nada de insignificante em 3. Então o que mais impressiona
825 na apresentação foi o filminho que ele passou ali e que eu acho que é que nos
826 deve chamar muita atenção, no sentido de vermos que a variabilidade
827 meteorológica e climatológica daquela região do Norte, desde o Noroeste até o
828 Nordeste mineiro, é impressionante. Eu acho que não é questão nem de 250,
829 270. É impressionante aquilo mostrando a variabilidade que existe da questão da
830 evapotranspiração, a questão da absorção do solo. Então eu acho que o melhor
831 que nós podemos sugerir no caso é que essa apresentação, além de todo o
832 trabalho que tem que ter de continuidade mesmo, monitoramento, enfim, tudo
833 isso que foi dito aqui, eu acho que tem que virar política pública de recursos
834 hídricos. E tem que ser um caderninho que seja enviado para todas as prefeituras
835 para que eles entendam que a Lei 6.766 sozinha por si não vale nada. Então não
836 é questão de uso do solo, não é questão de perfuração de tubo, não é questão de
837 usuário. E questão de tudo, inclusive da mudança que está existindo, que é
838 natural em parte, e em parte é antrópica, mas que está existindo e vai afetar.
839 Então a questão, Marília, eu acho que é vocês juntarem um grupo maior e
840 fazerem disso uma orientação aos prefeitos. Os vereadores de uma certa forma
841 diziam tudo que vocês apresentaram, eles sabiam dessa variabilidade do clima,
842 sabiam dessa questão da evapotranspiração, que alterava, inclusive, e às vezes
843 era muito maior do que a parte pluviométrica. Ou seja, os vereadores sabiam
844 disso, os ribeirinhos também sabiam disso, mas ninguém os escutavam. Então
845 agora ele veio e trouxe os dados científicos, técnicos, levantamentos todos que
846 corroboraram o popular, o que mostra o tanto que é importante valorizar essas
847 informações, o tanto que nós temos que utilizá-las. E não é só ficar na utopia,
848 como diria o Germano.” Presidente suplente Marília Carvalho de Melo: “Eu quero
849 informar qual é o encaminhamento. Esse trabalho está sendo apresentado hoje e,
850 como a Maricene disse, foi uma demanda deste Conselho para confirmar ou não
851 o critério de uso insignificante que foi estabelecido aqui em 2010. Então, além da
852 solicitação do Giacomini dessa discussão ir para o GT de Monitoramento, com
853 uma visão de monitoramento integrado, esse estudo vai para a CTIG começar
854 uma avaliação se mantém o critério ou se altera, com base no estudo. Então isso

855 retornará para o Conselho para discussão via GT e via CTIG.” **DELIBERAÇÕES.**
856 **8) ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES**
857 **GEOIS E ONG NOVA CAMBUQUIRA PARA APOIO AOS COMITÊS DE**
858 **BACIAS HIDROGRÁFICAS NO ÂMBITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO**
859 **PÚBLICO SEMAD 01/2018. Apresentação: IGAM.** Marília Carvalho de Melo,
860 diretora-geral do IGAM, fez apresentação sobre o termo de colaboração com as
861 instituições Gesois e ONG Nova Cambuquira para apoio aos Comitês de Bacia
862 Hidrográfica no âmbito do Edital de chamamento público SEMAD 01/2018. Em
863 seguida foram feitas as assinaturas do termo de colaboração, sob o nº
864 2603777/2018, aprovado por unanimidade pelo Plenário do CERH. Antônio
865 Giacomini Ribeiro, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas:
866 “Finalmente nós temos algo efetivamente concreto, esse contrato representa o
867 anseio de muito tempo que os Comitês estão trabalhando. A própria Marília fez o
868 histórico, e agora nós estamos aqui a concretizar esse ato no sentido de dar o
869 mínimo para o funcionamento dos Comitês. Mas é desse mínimo, pela
870 perseverança, pela qualidade das pessoas que compõem os Comitês estaduais
871 em Minas Gerais, a alavanca necessária para que esse sonho, esse ideal, aqui
872 representado pelos Comitês, comece a se tornar realmente uma realidade. Em
873 nome dos Comitês, eu agradeço todo empenho da equipe do Germano, da
874 Marília e os nossos companheiros também dos Comitês e principalmente também
875 o pessoal de apoio do IGAM, que não mediu esforços para sempre buscar aquele
876 consolo, inclusive, que nós, presidentes de Comitês, como secretários, membros
877 de Comitês, víamos chorar nossas misérias para os funcionários que sempre nos
878 deram alento. E está aqui hoje o resultado. Muito obrigado pelo apoio.” Thiago
879 Isolino Sales Mato/ONG Nova Cambuquira: “Primeiramente, eu gostaria de
880 cumprimentar a todos aqui presentes. Para nós é uma grande honra estar
881 assinando esse termo de colaboração. Para a ONG Nova Cambuquira, que vai
882 completar, em 2019, 18 anos de atuação, é um grande avanço. Já temos 18 anos
883 de luta na defesa das águas, na defesa dos recursos hídricos. Então esse é mais
884 um passo no nosso trabalho, e pretendemos aqui reafirmar o compromisso de
885 atuar de maneira proba com todos os dez Comitês que compõem o lote 2, tanto
886 da Bacia do Rio Grande quanto da Bacia do Rio Paranaíba. Para nós é um
887 imenso prazer mesmo estar atuando em apoio aos Comitês, que deliberam tantas
888 coisas que são importantes para manutenção dos nossos recursos hídricos. Eu
889 gostaria de agradecer a todo o pessoal do IGAM, à Clarissa, ao Rafael, à Jeane.
890 Tem muita gente bacana que nos ajudou durante a formatação do plano de
891 trabalho, que foi um plano bem formatado para que possamos atender da melhor
892 maneira possível às necessidades dos Comitês. E nós esperamos durante esses
893 próximos três anos que nós vamos trabalhar juntos nesse sistema de
894 colaboração que o trabalho renda muitos frutos. Muito obrigado.” **9)**
895 **DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 422, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018, QUE**
896 **APROVA A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CONSELHO**
897 **ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CERH/MG) PARA O MANDATO**

898 **2018/2021, PUBLICADA AD REFERENDUM. Apresentação: IGAM.** O Plenário
899 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos deferiu por unanimidade a
900 Deliberação CERH-MG nº 422, de 16 de outubro de 2018, que estabelece a
901 composição da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), da Câmara Técnica
902 de Instrumentos de Gestão (CTIG) e da Câmara Técnica de Planos (CTPLAN)
903 para o mandato de 2018 a 2021, nos termos em que foi publicada ad referendum,
904 com a seguinte ressalva: as entidades titulares terão prazo até 17/12/2018 para
905 fazer a indicação de seus respectivos primeiro e segundo suplentes e encaminhar
906 à Secretaria Executiva do CERH. **10) CONVALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE**
907 **ENQUADRAMENTO DOS CURSOS DE ÁGUA DA UPGRH DO ALTO RIO**
908 **GRANDE (GD1). Apresentação: IGAM.** Aprovada por unanimidade a
909 convalidação da proposta de enquadramento dos cursos de água da UPGRH do
910 Alto Rio Grande (GD1) nos termos apresentados pelo IGAM, com abstenção da
911 Fiemg. Conforme solicitado pelo conselheiro Odorico Pereira de Araújo,
912 representante da Fiemg, segue registro de manifestação da presidente Marília
913 Carvalho de Melo: “Enquadramento é um instrumento de planejamento, não é
914 uma condição atual do curso d’água, e obviamente o enquadramento será
915 efetivado com a definição das metas intermediárias e finais. Você enquadra, e
916 depois o Comitê discute as metas intermediárias e finais. O enquadramento é
917 instrumento de planejamento, e não significa que amanhã ele tem que estar
918 cumprido, mas o Comitê tem que fazer o seu papel definindo essas metas
919 intermediárias e finais em um determinado período de tempo.” Conselheiro
920 Odorico Pereira de Araújo: “Seria interessante então que se registrassem as suas
921 palavras na ata para que tenhamos essa segurança de que lá na frente o Comitê
922 vai ter que discutir essas metas intermediárias para que se atinja o
923 enquadramento proposto.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Não tem
924 nenhum problema, isso não são só as minhas palavras, isso está na Deliberação
925 Normativa Conjunta COPAM e Conselho Estadual de Recursos Hídricos e na
926 Resolução Conama 357. O grande problema da efetivação do enquadramento é
927 que nós não estamos fazendo – não o Estado de Minas Gerais, mas o Brasil, de
928 maneira geral – um plano de metas. Até na proposta que nós colocamos da
929 parceria com a ANA nós estamos discutindo isso, compactuações setoriais, que é
930 claro que temos que pensar em médio e longo prazo para chegar ao tratamento
931 terciário, sim.” Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Quando se fala de
932 enquadramento, eu acho que já passou da hora de as revisões dos planos de
933 saneamento básico também tratarem de enquadramento. Em Uberlândia nós
934 estamos passando pela revisão do plano de saneamento básico, estamos na fase
935 de diagnóstico, que já foi apresentado para consulta pública. Eu faço um papel
936 até de advogado do diabo, que não é dito sobre enquadramento na revisão do
937 plano. Então já é um assunto que tem que ser amadurecido na própria revisão do
938 plano de saneamento básico. No caso da indústria, certamente fará parte das
939 metas, das apresentações dentro das associações, mas causa temor, de fato,
940 aos usuários pelas metas que são apresentadas, porque quando você fala de

941 enquadramento nós estamos falando de custo. Então é natural. Eu faço uma
942 defesa ao professor Giacomini e entendo também que, de fato, não foi bem o que
943 o Odorico falou, mas lançar sem tratamento e sem preocupação com
944 enquadramento é mais barato mesmo, porém é muito mais oneroso pós-
945 enquadramento. Aí você atingir as metas tem toda uma dificuldade. Então cabe
946 aqui só um comentário a respeito da presença da discussão do enquadramento
947 quando se tratar da revisão de plano de saneamento básico.” Conselheiro
948 Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu queria colocar mais a nossa função enquanto
949 conselho mesmo. Nós não estamos aqui apenas para aprovar ou não aprovar
950 determinados projetos e normas, nós estamos antes de mais nada na base do
951 apoio da formulação conceitual da Política de Recursos Hídricos. Esse é o papel
952 do Conselho, porque aqui é onde toda a sociedade é representada. Nós temos os
953 segmentos, representação espacial, pessoas de todo o Estado, de todos os
954 segmentos. Então aqui nós temos que, obrigatoriamente, trabalhar
955 conceitualmente antes de mais nada. E a questão de enquadramento tem um
956 viés ético muito importante que precisa ser debatido e bem esclarecido. Porque
957 no princípio todos os rios eram classe 1. Até que ponto nós temos condições de
958 voltar às origens? Não temos mais. Então até onde nós podemos ir? Nós temos
959 exemplos, em outros países, fantásticos. Algumas medidas drásticas têm que ser
960 tomadas também, mas é uma questão ética que nós temos que voltar a ela.
961 Porque agora volta para o Comitê: o Comitê está preparado para realmente
962 efetivar isso? Ele tem capacidade técnica para isso, tem recursos? Intelectuais,
963 antes de mais nada, sem falar o financeiro. Então é um instrumento bacana, mas
964 até que ponto é exequível?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “A capacidade
965 técnica é a função do apoio que o IGAM aos Comitês de Bacia Hidrográfica na
966 proposição de metas intermediárias e finais. Em relação ao recurso, essa é uma
967 discussão ampla no Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
968 Obviamente não é o recurso do Sistema que vai resolver o problema de
969 qualidade da água nas Bacias Hidrográficas, mas nós temos meios de buscar
970 uma pactuação do lançamento de efluentes na região com os usuários setoriais,
971 que eu acho que é o que tem que ser construído quando o Comitê propõe metas
972 intermediárias e final de enquadramento. Eu acho que é nessa linha que nós
973 precisamos realmente avançar e termos um piloto para mostrar que pode dar
974 certo, porque essa é a grande questão hoje do Brasil.” Conselheiro José Nelson
975 de Almeida Machado: “Não vamos ter ilusão, curso de água que drena área
976 urbana nunca vai ser limpo na realidade brasileira. Isso é um fato. Tudo bem, tem
977 história, eu conheço também na Alemanha, na França, tratamento até
978 quaternário, que o rio é usado e reusado mais à frente. Agora no Brasil não tem.
979 Quem se lembra aqui de 1990 e pouco, lançamento do Prosam, o piquenique de
980 Felipe Augusto e Edilaine Aparecida, fazendo piquenique na beira do Arrudas? A
981 propaganda: ‘Arrudas agora vai ser limpo’. É claro que não tem jeito de se fazer
982 piquenique lá. Então tem problemas de emissários, de interceptores, de ligações
983 clandestinas. Contem nos dedos cidades brasileiras que têm mais de 90% de

coleta. Então, nos 10%, vão direto para o curso d'água, para o sistema de drenagem. Então é uma situação de política pública mesmo. Como diz o colega aqui do DMAE, é uma questão também de recurso e educação ambiental da própria população. Mas a meta eu acho que pode ser proposta, sim, e vamos persegui-la.”

11) CONVALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CURSOS DE ÁGUA DA UPGRH DO RIO DAS MORTES (GD2). Apresentação: IGAM. Aprovada por unanimidade a convalidação da proposta de enquadramento dos cursos de água da UPGRH do Rio das Mortes (GD2) nos termos apresentados pelo IGAM, com abstenção da Fiemg.

12) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH/MG SOBRE INDICADORES DE GOVERNANÇA DA GESTÃO DAS ÁGUAS. Apresentação: IGAM. Aprovada por unanimidade a minuta de Deliberação Normativa CERH/MG sobre indicadores de governança da gestão das águas, nos termos apresentados nesta sessão, com as alterações registradas a seguir: – Inclusão de considerando com a seguinte redação: “Considerando que são fundamentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos a gestão descentralizada e com a participação do poder público, dos usuários, da comunidade, a adoção da Bacia Hidrográfica como unidade territorial para implementação de Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” – Nova redação para o último considerando: “Considerando que a aferição da evolução e da qualidade da governança e da gestão só são possíveis por meio da adoção de instrumentos de avaliação e de informação eficientes para participação e cooperação dos diferentes segmentos públicos e privados indissociáveis ao gerenciamento dos recursos hídricos.” – No artigo 1º, nova redação para a definição de monitoramento: “II - Monitoramento: acompanhamento sistematizado, contínuo e permanente de dados e informações, que permite evidenciar os impactos (positivos e negativos) sobre o desenvolvimento, desempenho e grau de realização (objetivos, metas, cronogramas e recursos) de intervenções implantadas (programa, projetos ou ações), disponibilizadas sempre que tecnicamente possível por UPGRH e regiões hidrográficas de UPGRHs, municípios e unidades territoriais de planejamento estadual.” – Nova redação para a definição de Governança Pública: “III - Governança Pública: conjunto de regras políticas, institucionais e administrativas, bem como de práticas e processos (formais e informais) através dos quais informações são analisadas, aplicáveis a tomada de decisões e implementação compartilhada entre o governo e a sociedade.” – Nova redação para o artigo 2º, inciso II: “II – Capacidades Estatais – apresenta requisitos demonstrativos da capacidade institucional do Estado”; – Nova redação para o caput do artigo 3º: “Art. 3º Os indicadores das dimensões da governança do SEGRH serão monitorados em caráter permanente, conforme descrição contida no Anexo Único desta Deliberação.” – Nova redação para o parágrafo 1º do artigo 3º: “§1º – Os resultados deverão ser apresentados anualmente, para análise, verificação de pertinência e decisão sobre encaminhamentos diante dos resultados, na primeira reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do ano subsequente.” –

1027 Inclusão de novo parágrafo no artigo 3º com a seguinte redação: “A apresentação
 1028 do relatório anual de monitoramento ao CERH não impede a apresentação de
 1029 informações com menor periodicidade nos canais próprios de comunicação,
 1030 informação e transparência da gestão de recursos hídricos do IGAM/Sisema e
 1031 demais organizações do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” –
 1032 Nova redação para o parágrafo 4º (§3º renumerado): “§4º A comissão citada no
 1033 parágrafo anterior será sempre paritária e formada por no mínimo um e no
 1034 máximo dois representantes de cada um dos quatro segmentos que compõem o
 1035 Conselho Estadual de Recursos Hídricos.” – Inclusão dos parágrafos 5º e 6º nos
 1036 seguintes termos: “§5º Os dados utilizados para aplicação dos indicadores
 1037 devem, sempre que tecnicamente possível, estar disponíveis em documentos,
 1038 planilhas e arquivos de geoprocessamento, e de fácil acesso e operação pelo
 1039 público em geral.”; “§6º As análises e relatórios da comissão poderão indicar
 1040 acréscimo de indicadores, alterações dos parâmetros dos mesmos, inclusive da
 1041 metodologia de pontuação, na forma do anexo substitutivo ao Anexo Único desta
 1042 deliberação a ser aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
 1043 ouvidas as Câmaras Técnicas permanentes.” **13) ALTERAÇÃO DA**
 1044 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH 07/2002, QUE TRATA DA**
 1045 **CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS QUANTO AO PORTE E**
 1046 **POTENCIAL POLUIDOR. Apresentação: Abragel.** Alteração da Deliberação
 1047 Normativa CERH 07/2002 aprovada por unanimidade nos termos apresentados
 1048 nesta sessão, com a seguinte inclusão: – Incluir alínea C no inciso VII do artigo
 1049 2º: “c) barramento para geração de energia com potência instalada de até 5
 1050 megawatts, com estes valores de potencial em acordo com legislação setorial
 1051 específica no que se refere à definição de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e
 1052 Usina Hidrelétrica (UHE), com os usos consuntivos outorgáveis identificados no
 1053 Trecho de Vazão Reduzida ou de empreendimento situado em área declarada
 1054 em conflito por uso de recursos hídricos pelo IGAM.” **14) MINUTA DE**
 1055 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG QUE ALTERA A DELIBERAÇÃO**
 1056 **NORMATIVA CERH-MG Nº 04/2002, E A DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-**
 1057 **MG Nº 52/2016, PARA FINS DE AJUSTE DO PRAZO DOS MANDATOS DOS**
 1058 **COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS. Apresentação: IGAM.** Minuta de
 1059 Deliberação Normativa aprovada por unanimidade nos termos apresentados
 1060 nesta sessão. A presidente suplente Marília Carvalho de Melo acatou sugestão
 1061 do conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro para que o IGAM elabore e apresente
 1062 aos Comitês de Bacias proposta de adequação em seus respectivos Regimentos
 1063 Internos considerando a aprovação dessa minuta de DN. **15) ASSUNTOS**
 1064 **GERAIS. Moção CERH.** O Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
 1065 aprovou por unanimidade moção nos seguintes termos: “O Conselho Estadual de
 1066 Recursos Hídricos, reunido na sua 117ª reunião, extraordinária, realizada em 3 de
 1067 dezembro de 2018, no auditório localizado na praça Rio Branco, 100, mezanino,
 1068 Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, no centro de Belo Horizonte,
 1069 tendo em vista o pronunciamento do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro em

1070 suspender o programa nacional de conversão de multas ambientais do Ibama,
1071 previsto na Lei de Crimes Ambientais 9.605/98, aperfeiçoada pelo Decreto
1072 9.179/17, regularizado pela Instrução Normativa nº 06/2018 e efetivada pelo
1073 Chamamento Público nº 1/2018, do Ibama, que prevê ações de recuperação de
1074 áreas produtoras de água em dez Bacias Hidrográficas mineiras que compõem
1075 as cabeceiras do rio São Francisco, vem propor a presente moção para que a
1076 Abema - Associação Brasileira de Secretarias de Meio Ambiente e o governo de
1077 Minas Gerais façam todas as gestões para que a DN 06/2018 e o Chamamento
1078 Público 01/2018 em referência tenham seus efeitos mantidos em sua
1079 integralidade.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Então eu coloco em votação
1080 a moção. Aqueles conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão.
1081 Aprovada com quatro abstenções.” **Qualidade de água do rio Doce**. Presidente
1082 Marília Carvalho de Melo: “Eu só gostaria de informar a todos que hoje foi
1083 publicado no site do IGAM um encarte especial de qualidade da água do rio Doce
1084 após três anos do rompimento da barragem de Fundão. Esse estudo já está
1085 disponível no site do IGAM, é uma avaliação do monitoramento de qualidade da
1086 água realizado pelo IGAM nos três anos após o acidente.” **16)**
1087 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente
1088 suplente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de todos e declarou
1089 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Germano Luiz Gomes Vieira
Presidente do Plenário do CERH